

PRONATEC CAMPO - POSSIBILIDADES & DESAFIOS: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA PRÁTICA DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

layane Bastos dos Santos*, Alvaro Itaúna Schalcher Pereira, Fauston Negreiros, Francisco Adelton Alves Ribeiro, Kalinka Maria Leal Madeira

E-mail*: layanebastosdossantos@gmail.com

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

DOI: 10.15628/rbept.2020.9835

Artigo submetido em: abr./2020 e aceito em: maio/2020

RESUMO

Tendo em vista a extensa população rural do nosso país, deve-se considerar o meio rural como um provável ambiente de trabalho dos psicólogos em geral. Apesar disso, é patente a carência de discussões das temáticas ligadas ao meio rural brasileiro durante a graduação em Psicologia e na nossa própria atuação profissional. Nisso, o principal objetivo desse estudo consistiu em compor um quadro e fomentar a necessidade de construção de um saber a ser compartilhado sobre a atuação do psicólogo nessas políticas públicas educacionais específicas relacionadas ao Campo, em especial, o PRONATEC Campo, ofertado nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Utilizou-se como método, o Estudo de Caso e como recorte, escolheu-se a experiência realizada mais especificamente curso de auxiliar técnico em agropecuária do PRONATEC Campo, ministrado pelo *Campus* Araguatins do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Percebeu-se que, diante dos resultados, que ainda há um grande e principal desafio para o psicólogo atuante na educação profissional e tecnológica que ofereça modalidades em Educação do Campo: o de estabelecer um diálogo, por meio de políticas públicas diferenciadas, com cada um dos diferentes povos pertencentes às populações camponesas.

Palavras-Chave: Campesinato. Educação do Campo. Psicologia Escolar e Educacional.

ABSTRACT

In view of the vast rural population of our country, the rural environment should be considered as a probable working environment for psychologists in general. Despite this, it is clear that there is a lack of discussions on issues related to the Brazilian rural environment during graduation in Psychology and in our own professional performance. In this regard, the main objective of this study was to compose a framework and foster the need to build knowledge to be shared about the psychologist's performance in these specific educational public policies related to the Field, in particular, the PRONATEC Campo, offered in the Federal Institutions of Professional and Technological Education. The Case Study was used as a method, and as an excerpt, the experience chosen was more specifically carried out as a technical assistant course in agriculture at PRONATEC Campo, taught by the Araguatins *Campus* of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Tocantins (IFTO). It was noticed that, in view of the results, that there is still a major and main challenge for the psychologist working in professional and technological education that offers modalities in Rural Education: that of establishing a dialogue, through different public policies, with each one of the different peoples belonging to the peasant populations.

Keywords: Peasantry. Rural Education. School and Educational Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Desde seus primórdios, a educação profissional brasileira, é voltada para as classes mais vulneráveis socialmente. A política de educação profissional foi originada ainda no século XIX, quando as instituições de formação profissional foram criadas para “amparar os órfãos e desvalidos da sorte”. (VIEIRA, 2014). Os objetivos de nuances assistenciais marcaram boa parte das decisões políticas e legislações voltadas para a educação profissional, sempre tendo como principal finalidade, a mão de obra para o mercado de trabalho e a diminuição das desigualdades sociais, ainda que esta última finalidade seja contestada por diversos teóricos, que consideram que a educação profissional e tecnológica perpetue as desigualdades através da meritocracia incrustada em sua filosofia de acesso e objetivos. (FRANZOI; SILVA; COSTA, 2014).

Cassiolato e Garcia (2014) destacam que o crescimento da rede de ensino *técnico - profissional* não acompanhou a expansão econômica e a diversificação da estrutura produtiva, o que resultou numa baixa escolaridade da força de trabalho. Considerando, assim, o déficit educacional verificado, durante os governos Lula/Dilma, houve um esforço articulado do MEC para elaboração de uma ampla política de fomento à educação profissional e tecnológica, considerada primordial para o desenvolvimento do país.

Temos assim a criação e diversificação de políticas e ações na educação tecnológica, principalmente a partir de 2011, com a criação dos programas: Programa Mulheres-mil; Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional; Rede *E-Tec* Brasil; Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Profucionário) e o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec, tendo como objetivo principal democratizar o acesso da população brasileira à educação profissional e tecnológica (EPT) de qualidade.

Nesse sentido, O PRONATEC, criado ainda em 2008, mas efetivamente lançado em 2011, vem seguindo essas diretrizes e busca impulsionar a atualização anual da oferta do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, de acordo com as mudanças do mundo do trabalho. O PRONATEC integra as políticas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego, o qual se estabelece pela parceria entre a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica e os Serviços Nacionais de Aprendizagem (Serviço Nacional da Indústria – SESI/ Serviço Social do Comércio – SESC/Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC), organizações mantidas pelas empresas e indústrias do país.

O PRONATEC também é um dos programas que compõe o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que se justifica por ser um conjunto de programas que poderiam instrumentalizar as metas do Plano Nacional de

Educação (PNE). O PDE foi também alcunhado de "PAC da educação", em alusão ao Plano de Aceleração do Crescimento, assim como se manifestam em sintonia com o Plano de Metas Todos Pela Educação. (SAVIANI, p.1231, 2007).

Assim, a educação técnica e profissional possui um importante dever e relevância social, uma das grandes apostas enquanto política educacional, econômica e social, para que grandes transformações sociais e econômicas ocorram. A educação profissionalizante almeja inserir ou reinserir o indivíduo no mercado de trabalho, garantindo a ele os direitos trabalhistas e sociais, traz grandes benefícios e tem um grande papel a cumprir na sociedade. (SILVA, 2012).

Nesse sentido, o psicólogo inserido no quadro das instituições de educação profissional e tecnológica desde sua política de criação e ampliação iniciada em 2008, trouxe a luz novas possibilidades de atuação. A chegada desse novo programa, já atrelado a recente realidade histórica de criação dos institutos federais, da chegada dos profissionais psicólogos educacionais, remetem a vários desafios, questionamentos e hesitações. O que pode um psicólogo neste espaço? Que expectativas são colocadas para o seu trabalho? Quais práticas esse profissional pode propor?.

O presente estudo busca justamente relatar os percalços da prática do psicólogo educacional servidor de um Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica, diante dessa nova demanda. Utilizou-se como método, o Estudo de Caso e como recorte, escolheu-se a experiência realizada mais especificamente curso de auxiliar técnico em agropecuária do PRONATEC Campo, ministrado pelo *Campus Araguatins* do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins (IFTO), do ano de 2012 a 2014.

Assim, analisar a inserção profissional do psicólogo educacional nessa política ajudará a entender melhor sua atuação no processo de expansão, interiorização e democratização da educação, bem como dará subsídios para novas práxis não só realizadas no Pronatec, mas também em cursos regulares ou qualquer outra modalidade educativa ofertada nesses espaços. Além disso, possibilitará o conhecimento do perfil do público-alvo do programa e suas aspirações, avaliando assim a eficácia dessa política.

Quanto à relevância científica deste estudo, pode-se citar a necessidade de construção de um saber a ser compartilhado sobre a atuação do psicólogo nessas políticas públicas e ainda o uso de metodologias futuras para a avaliação *ex-post* dessa atuação, realizadas após a conclusão do curso. (COTTA, 1998, p. 109). Somam-se a isso, as necessidades de estudos que versem mais sobre esta recente do Pronatec, o qual demanda análises e avaliações, o que contribuirá para a construção de um novo e consolidado *Corpus* de conhecimento deste campo do saber.

2 PRONATEC: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL

A maioria das Nações atuais, especialmente os países que tem indicadores que os colocam geopoliticamente no bloco dos "desenvolvidos", em algum momento da sua trajetória, concederam especial atenção à educação profissional e tecnológica. Centraram-se nesse processo, na promoção de políticas públicas educacionais que pudessem formar mão de obra competente para enfrentar os desafios impostos pelo mercado de trabalho e pelo progresso técnico. Alguns começaram a fazê-lo no final do século XVIII, com o advento da revolução industrial, mas foi no século seguinte, que o fenômeno se generalizou, especialmente, na pós-globalização. É quando se espalham as escolas de artes e ofícios, os colégios agrícolas, as escolas profissionais, os institutos politécnicos.

No Brasil, esses objetivos ganharam nova força e nova roupagem a partir da implantação dos Institutos Federais, que desde os primeiros registros e debates, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para educação profissional e tecnológica em curso. Os institutos foram então criados como repositório de diversas esperanças e ações foram desenvolvidas para alcançar novas conquistas e, por conseguinte, ser uma das molas propulsoras que levariam o Brasil a ganhar o Status de país desenvolvido.

Sobre os Institutos, Brasil (2010, p. 11) estabelece: "Em dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 cria 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela transformação e integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), escolas agrotécnicas e escolas técnicas". Os Institutos Federais apresentam em consequência, um novo modelo de educação profissional, que oferece cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, dentre outros, a oferta de curso varia de acordo com os *campi* e sua territorialidade, e são importantes e fundamentais para efetivação da política de desenvolvimento socioeconômica do país, a qual tem como alicerce como já se frisou a educação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), foco desse estudo, é resultante da integração da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA), e foi criado por meio da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Hoje, o IFTO possui oito *campi* e três *campi* avançados em pleno funcionamento, além de dezesseis polos de educação à distância.

O hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - *Campus* Araguatins, também foi criado pela lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Porém, seu histórico começa 23 anos antes, quando se constituiu como uma escola agrotécnica do Norte do Estado do Goiás, na conflituosa região agrária e campestre do "Bico do Papagaio". A antiga EAFA - Escola Agrotécnica Federal de Araguatins - foi criada pelo Decreto nº. 91.673 de 20

de setembro de 1985, onde foi designada a funcionar os 1º e 2º graus, profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica, tendo sido inaugurada oficialmente em 23 de março de 1988.

Em 29 de dezembro de 2008, a Escola passou a integrar a rede pertencente ao Instituto Federal do Tocantins. No total o *Campus* possui área de 561,8 hectares. Ao longo de 32 anos de história, formou 2.519 estudantes e atualmente tem cerca de 1500 alunos nos dez cursos oferecidos, que são: os superiores em Agronomia, Ciências Biológicas e Computação; os técnicos integrados ao Ensino Médio em Agropecuária e Informática; o técnico em Informática para Internet concomitante ao Ensino Médio e o técnico em Agropecuária subsequente e os técnicos em Agroindústria e Informática integrados ao Ensino Médio na modalidade Proeja.

A partir de 2013, também passou a ter em seu escopo, a oferta de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com a seguinte oferta: Auxiliar Administrativo, Monitor do Uso e Conservação dos Recursos Hídricos, Montador e Reparador de Computadores, Produtor de Embutidos e Defumados, Técnico em Aquicultura e o curso de auxiliar técnico em agropecuária.

O PRONATEC, sancionado no dia 26 de outubro de 2011 pela Lei no 12.513, tem como objetivo central democratizar o acesso da população brasileira à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de qualidade. Uma das principais propostas do governo mediante o seu lançamento, é que o programa seria totalmente convergente com os objetivos maiores do Plano de Desenvolvimento Educacional e do Plano Brasil sem Miséria (PBSM), que entre outras iniciativas, visava de reduzir as desigualdades sociais e melhoraria, em consequência, os indicadores de Desenvolvimento Humano no país.

Segundo a supracitada Lei de sua criação, o público alvo do Programa é bem específico e concernente com os seus objetivos de criação:

O PRONATEC atenderá prioritariamente:

- I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- II - trabalhadores;
- III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda;
- e IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento. (BRASIL, 2011, p. 1).

A concessão de uma Bolsa-Formação para o estudante do Pronatec está inclusa, além de disciplinada pelo art. 4º, inciso IV, alínea a da Lei nº

12.513, de 26 de outubro de 2011, a qual prevê nessa modalidade uma de suas ações para a implementação do Programa. De acordo com o § 1º “A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação”. (BRASIL, 2011, p. 10).

O Pronatec é uma iniciativa ampla, de muitas ações, voltadas ao ensino técnico no país bem como aos cursos de curta duração, os chamados FIC (Formação Inicial e Continuada) com carga horária mínima de 160 horas. Uma das metas do Programa, foi capacitar 8 milhões de jovens até 2014, contando com uma considerável verba de recursos públicos para a sua implementação. Podem-se citar os mais de 2,3 bilhões de reais que a União transferiu a estados e municípios em 2013, sem computar os gastos diretos realizados pelos Institutos Federais de Educação, de acordo com informações do Portal da Transparência do Governo Federal.

O Pronatec para fazer bom uso dos recursos e para cumprir com as suas finalidades basilares, no ato de escolha e implementação dos cursos definidos anteriormente pelo catálogo de cursos FIC, deve levar em consideração, os arranjos produtivos locais. Como já dito anteriormente, o Instituto Federal do Tocantins - *Campus Araguatins*, vem de uma tradição agrotécnica e permaneceu com esse foco, aproveitando inclusive, a estrutura física de quando ainda era nomeado de EAFA (Escola Agrotécnica Federal de Araguatins).

Nessa esteira, dentro do IFTO *Campus Araguatins*, optou-se por também oferecer a modalidade Pronatec Campo, a qual é demandada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que é responsável por mobilizar as bases e levantar o público interessado em fazer os cursos. O MDA também é o responsável em buscar os ofertantes e fazer a pactuação com o MEC para que os cursos sejam oferecidos. O Pronatec Campo tem o objetivo geral de promover espaços de qualificação profissional de agricultores e agricultoras, integrando às demais políticas de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

O Pronatec Campo é uma oportunidade de cursos de formação profissional para os diversos públicos da agricultura familiar: *1. Agricultores /as familiares; 2. Assentados/as e acampados/as da reforma agrária; 3. Assalariados/as rurais; 4. Indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores, vazanteiros, quebradeiras de coco, faxinalenses, extrativistas, caiçaras entre outros)* (BRASIL, 2011).

Devido à demanda do MDA, em 2013, o *Campus Araguatins* ofertou o Curso de Auxiliar Técnico em Agropecuária. As disciplinas do curso foram pensadas com o intuito de atender às demandas apresentadas pelos assentados de assentamentos rurais próximos, inclusive debatidas durante as visitas técnicas da equipe responsável pelo Programa no *Campus* com os próprios assentados.

O Curso de Formação em Auxiliar Técnico em Agropecuária, foi ofertado na modalidade presencial, tendo como objetivo geral formar profissionais aptos para planejar e executar atividades de produção animal e vegetal e beneficiamento dos seus produtos, observando-se os aspectos ambientais, econômicos e sociais, para um desenvolvimento sustentável, priorizando-se a elevação da escolaridade. Em Araguatins só no PRONATEC Campo, no ano de 2013/2014, foram formados 120 alunos no referido curso de auxiliar técnico em agropecuária nos assentamentos *Palmares* e *Oziel Pereira*, localizados no município de Cachoeirinha e no assentamento *Mártires da Terra*, no município de São Bento.

Devido às particularidades do Pronatec Campo, que se constitui como uma política nova e palco de diversificada possibilidade de atuação, optou-se por apresentar a prática desenvolvida junto a esse público, especialmente, o do Assentamento Palmares, o qual, devido a sua localização estratégica de proximidade com o *Campus*, permitiu um contato maior com sua equipe e discentes.

3 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A discussão acerca das políticas públicas nas últimas décadas tomou uma dimensão muito ampla, dado o avanço das condições democráticas e também ao aumento da necessidade de arranjos institucionais de governos, necessários para se fazer a governabilidade. No Brasil, com ênfase para a última década, a expressão Políticas Públicas ganhou um rol de notoriedade em todos os campos, fala-se de Políticas Públicas para a educação, saúde, cultura, esporte, justiça e assistência social.

O termo “Políticas Públicas”, portanto, significa o conjunto de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. Já as políticas públicas educacionais referem-se a tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em relação à Educação. Quando se fala em Políticas Públicas na educação a abordagem trata-se da articulação de projetos que envolvem o Estado e a sociedade, na busca pela construção de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade, ou seja, que resgate a construção da cidadania. (GIRON, 2008).

A criação dos Institutos Federais, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica em expandida em todo o país, se insere justamente nessa tentativa. Se inicialmente a educação profissional tinha um forte viés assistencialista e de manutenção de classe, assume, a partir da criação dos Institutos Federais, um compromisso como política pública para a transformação social. (PREDIGER, 2010).

A expansão da educação profissional assume, portanto, “o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória”. (MEC, 2010, p. 14). Tal expansão da rede federal também garantiu a interiorização da educação profissional, a partir da proliferação de *campi* dos institutos federais em cidades afastadas das capitais e dos grandes centros urbanos, caso do lócus do presente estudo.

A psicologia, tendo sido inserida recentemente nessa nova política educacional, tem um potencial transversalizador das práticas sociais e institucionais, capaz não apenas de contribuir para invenção de modos a consolidá-la, mas como protagonistas na sua construção, através da formulação de propostas de *práxis*, mas também na produção de conhecimentos, na invenção da atenção, criando, desenvolvendo e avaliando dispositivos que promovam o diálogo interdisciplinar como fundamental para auxiliar na busca de soluções para os conflitos e problemas sociais.

Contudo, a discussão referente à temática das políticas públicas em Educação é recente na Psicologia Escolar/Educacional, surgindo somente nos últimos 20 anos. (SOUSA, 2010). O cenário se torna ainda mais complexo, quando se fala presença do profissional de Psicologia na rede pública de educação brasileira, que é considerada ainda uma utopia, se levarmos em conta dois aspectos importantes: a quantidade de profissionais lotados nas secretarias de educação e as suas condições de inserção e atuação efetivas nesse campo. (GUZZO, MEZZALIRA & MOREIRA, 2014). Tal realidade se torna ainda mais pungente quando se trata da inserção do profissional de psicologia na rede federal de educação tecnológica, o que vem ocorrendo de maneira sistemática desde 2008.

Com a criação do Instituto Federal do Tocantins em 2008, o IFTO contava com apenas um profissional psicólogo em todos os seus recém-criados *Campus*, lotado no setor de saúde, na Coordenação de Assistência ao Educando, do *Campus* Araguatins (cujas atividades tinham sido iniciadas ainda na década de 90 e findaram antes do primeiro concurso público do IFTO, com a posse de um novo profissional em 2009, que encerrou suas atividades ainda em 2010). Após a Lei Nº 11.892, à medida que os *campi* foram se expandindo também o foi o número de psicólogos lotados por meio de concurso público de provas e títulos, na carreira de técnico-administrativos em educação, de nível superior.

O Serviço de Psicologia veio a se consolidar enquanto setor institucionalmente, em Junho de 2011 com a chegada da nova Psicóloga que assumiu o setor mediante concurso público realizado em 2010, e a inserção do setor no organograma da Instituição. Passou executar atividades nos eixos da Psicologia Educacional e da Psicologia Organizacional. O profissional de Psicologia no âmbito Educacional aparece como um mediador das relações de ensino e aprendizagem, contribuindo para alcançar os objetivos educacionais e para a recuperação da capacidade de transformação contínua da Instituição Educacional, atuando nas dimensões do Ensino, Pesquisa e Extensão.

O psicólogo educacional, dentro do Instituto Federal do Tocantins, desenvolve o seu trabalho em conjunto com os educadores de forma a tornar o processo de aprendizagem mais efetivo e significativo para o educando. Além disso, é responsável pela promoção da saúde mental da comunidade escolar (discentes, docentes e servidores) e os pais dos estudantes, utilizando de métodos e técnicas psicológicas para promover a melhora na qualidade e eficiência do processo educacional, atuando em um trabalho contínuo junto com todos os membros que fazem parte da escola: alunos, educadores.

Tais atribuições vão ao encontro aos desafios da Educação no Brasil contemporâneo, as quais exigem que o psicólogo se envolva não somente com questões estritamente psicológicas, mas também políticas e sociais. (SOUSA, 2015). E é nesse eixo profícuo, que se encontra a psicologia e a questão da Educação do Campo. Ao se analisar o percurso da Psicologia Educacional e Social, observa-se que, assim como os demais ramos da Psicologia, o desenvolvimento do campo de saber e de atuação profissional, deu-se historicamente e fisicamente, no meio urbanizado e TAMBÉM excluindo os fatores sócio-históricos e culturais referente ao espaço campesino. (ALBUQUERQUE; ARENDT, 2003).

Contudo, a partir da década de 60, esse cenário começa timidamente a ser mudado. Durante esse período, presenciou-se a mobilização de alguns psicólogos no intuito de somarem esforços para tornar a Psicologia mais próxima da população em geral e mais comprometida com a realidade na qual estava inserida. (LANE, 1996).

A elitização da Psicologia passa a ser questionada e novas práticas passam a ser pensadas tendo em vista a mobilização dos coletivos e transformação social. (FREITAS, 1996). Tais ações ganharam força com a sistematização de uma Psicologia Social Comunitária brasileira e a inserção dos psicólogos no contexto da saúde pública e em algumas escolas públicas e universidades, em todas as esferas, inclusive, na Federal (BOCK, 2005).

Porém, apesar dessas conquistas, percebe-se que, a despeito dos grandes avanços e progressos nos paradigmas e concepções científicas, a pouca produção e atuação junto às populações rurais e campesinas permanecem, sendo, de certo modo, negligenciadas, o que vem revelando uma carência de instrumentos que levem em consideração que o contexto rural e a demanda por metodologias e perspectivas específicas para este espaço. (ALBUQUERQUE, 2001; ALBUQUERQUE, 2002).

Isso se torna patente, especialmente, quando tratamos da Psicologia Educacional e sua relação com a Educação do Campo, realidade ainda embrionária, principalmente quando se versa sobre a atuação do Psicólogo junto a população do Campo nos Institutos Federais, carência de não só de conhecimento compartilhado, mas também de práticas que ainda podem se dizer, estão na forma de uma "Crisálida".

Nesse entremeado, surgiu o Pronatec Campo, visando oportunizar a inclusão socioproductiva e econômica dos/as agricultores/as familiares,

priorizando as juventudes do campo e focando na integração da formação com as estratégias de desenvolvimento rural sustentável e solidário, sendo ofertado especialmente nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, o que culminou em um novo espaço a ser desnudado pela Psicologia Educacional.

Daí, o principal objetivo desse estudo que consistiu em compor um quadro e fomentar a necessidade de construção de um saber a ser compartilhado sobre a atuação do psicólogo nessas políticas públicas educacionais específicas relacionadas ao Campo. Tendo em vista a extensa população rural do nosso país (IBGE, 2013) deve-se considerar o meio rural como um provável ambiente de trabalho dos psicólogos em geral e, apesar disso, é patente a carência de discussões das temáticas ligadas ao meio rural brasileiro durante a graduação em Psicologia e na nossa própria atuação profissional.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

No presente estudo, utilizamos os fundamentos presentes nos pressupostos da pesquisa qualitativa, estabelecendo estratégias e procedimentos que permitissem um diálogo com os participantes a partir da convivência e aproximação, procurando levar em conta as experiências relativas dos protagonistas responsáveis por atuar como Psicólogos ligados as Instituições ofertantes do Pronatec Campo (Bogdan; Biklen, 1994). Segundo Sousa (2015, p. 51) somente assim “é possível testemunhar os fenômenos escolares: quando chegamos perto das pessoas que deles participam e passamos algum tempo convivendo e partilhando suas experiências à luz do referencial teórico construído pela Psicologia Escolar”.

Construiu-se o referencial teórico a partir de uma perspectiva crítica em Psicologia Educacional e Escolar, a fim de contribuir para compreensão da atuação do psicólogo nessas políticas públicas educacionais específicas relacionadas à Educação do Campo, na direção de uma educação como direito social, no enfrentamento à desigualdade social, em prol da interiorização da Psicologia e na busca por uma ciência menos "elitizada". Como base, utilizamos os trabalhos desenvolvidos por Sousa (2010, 2014 e 2015), Martins (2009 e 2014), Rockwell (2009), Caldart (2004), Lima (2012), Patto (1994, 2004 e 2005) e Caporal (2009 e 2011). Neste estudo, também foi utilizada a observação participante, possibilitando “análises das condições objetivas de vida e de trabalho, das representações, ações, reações e relações dos participantes do processo escolar”. (PATTO, 1988, p. 77).

Utilizamos o estudo de caso como método para compreensão do estudo o qual "Constitui uma investigação de uma unidade, específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado". (MAZZOTTI, 2006, p. 650).

Definimos o campo empírico do estudo de caso por meio de dois critérios. A priori, buscamos estudar a experiência do Instituto Federal do Tocantins, *Campus Araguatins*, já que o mesmo está cadastrado no programa Pronatec Campo desde o início de sua implantação no estado. O segundo Critério, foi definir Assentamento Palmares como *Lócus*, já que, além de contar com a presença da Psicóloga lotada no IFTO, também contava com a atuação de um profissional lotado na Secretaria Municipal de Educação, que em parceria com IF em questão, desenvolvia prática junto a essa comunidade.

5 DISCUSSÃO: TECENDO UMA ANÁLISE

As discussões apresentadas neste Capítulo são decorrentes dos dados obtidos por meio de diferentes fontes, entre o biênio 2013/2014, com vistas a compreender como se deu o percalço da prática do psicólogo educacional no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, ofertada na modalidade Campo.

O estudo utilizou-se das seguintes fontes de informação: a) documentos oficiais sobre Pronatec e o Pronatec Campo (leis, editais, Projetos Políticos Pedagógicos), b) teses, artigos e dissertações publicadas, sobre o programa em questão, sobre educação do campo, e acerca da atuação do psicólogo na educação do campo e na educação profissional e tecnológica; c) observações participantes e imersão no cotidiano escolar, analisando a prática produzida e seus entraves e possibilidades.

Dentre os aspectos analisados emergiram duas categorias nas quais vamos discorrer, neste capítulo, apresentaremos esses dois temas: *a) Caminhos percorridos de uma Prática recente; b) Entraves e Possibilidades de atuação do Psicólogo na educação do campo.*

5.1 ATUAÇÕES DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA O CAMPO: CAMINHOS PERCORRIDOS DE UMA PRÁTICA RECENTE...

Ainda é recente a realidade de uma Educação voltada para a população Campesina no Brasil. As primeiras políticas voltadas para educação do Campo e no Campo brasileiro foram marcadas pela negação do espaço rural, sendo esse espaço definido a partir da contraposição do espaço urbano, de modo que o progresso de uma localidade pode ser medido a partir da redução de sua população rural. (CALDART, 2004).

Por meio dessa ótica, o “meio rural” foi percebido, durante muito tempo, como um local atrasado, inferior, pobre, arcaico, criando a ilusão de que a urbanização e industrialização desses espaços seriam o caminho único e

natural do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para os indivíduos como para a sociedade. (RATIER, 2002).

Contudo, a partir da década de 90 e em especial nos últimos doze anos, uma segunda perspectiva passou a ser adotada, sendo esta a norteadora de novas políticas e abordagens em educação do Campo, enxergando o campo como um espaço social de construção de vivências, de luta pela terra, de criação e transformação. Ou seja, um espaço de constante vida, levando a uma visão mais ampla que não se restringe aos limites territoriais geográficos, mas antes, buscam entender a construção social do campo, seus simbolismos e significados para a população campestre. (SILVA; CAPELO, 2005; RUA, 2006; NEVES, 2007).

A história brasileira mostra que a Psicologia, enquanto profissão institucionalizada surge num momento de grandes tensões políticas e econômicas, marcadas por lutas intensas entre posseiros e grileiros, revoluções sociais, industrialização do país, além dos ares de uma ditadura que se aproximava. (MARTINS, 2010). Como ciência, a Psicologia preocupou-se em estabelecer um compromisso com a sociedade.

No entanto, esse compromisso social foi firmado com as elites brasileiras, detentoras do capital e donas dos denominados “meios de produção”, levando à instrumentalização da Psicologia a favor das classes dominadoras, numa perspectiva higienista, excludente, visando controlar e categorizar as classes populares, tendo em vista o lucro e ascensão da elite. (BOCK, 2003; MARTINS, 2010).

Permanecem poucos os estudos acerca da Psicologia e questões do Campo, cabem destacar os realizados por Martins (2010 e 2014), Rockwell (2009), Caldart (2004), Lima (2012) e Caporal (2009 e 2011). Apenas em 2011, o Crepop após investigar a carência de políticas sobre este tema, com a participação potencializada de Psicólogas (os), lançou uma Referência para Atuação da Psicologia no Campo das Políticas Públicas Relativas à Questão da Terra (CFP, 2011). Também a questão formativa é insuficiente. Pouco se discute acerca da Psicologia emancipadora, da terra nas Graduações e Pós Graduações *Lato e Strictu Sensu*. O percurso formativo do psicólogo brasileiro permanece numa perspectiva fragmentada, elitista e anti-interiorização. (LIMA, 2012).

Assim, muito dos caminhos percorridos pelos profissionais nessa área recente e complexa, ainda estão limitadas aos lugares comuns, com pouca ou nenhuma referência de atuação. As dimensões atendidas pela atuação dos psicólogos participantes do estudo podem ser englobadas em três eixos encontrados como parte do cargo de Psicólogo descritos no IFTO: *Atuação junto ao ensino, pesquisa e extensão*.

A experiência do Instituto Federal do Tocantins, *Campus Araguatins* desenvolvida com os alunos e equipe, no Assentamento Palmares, no programa Pronatec Campo pode ser descrita e resumida na Figura 1 abaixo:

FIGURA 1: quadro acerca da atuação do Psicólogo Educacional no Pronatec Campo

EIXOS	ATUAÇÃO
Ensino	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimentos Individuais diversos; - Orientação familiar; - Atendimento da Queixa Escolar; - Atendimento a alunos encaminhados devido a dificuldades de Aprendizagem - Auxílio a professores, pedagogia e serviço social; - Participação em Reuniões com gestão e equipe pedagógica do PRONATEC; - Orientações para a Inserção no Mercado de Trabalho;
Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento do Perfil do Aluno; - Levantamento do Perfil do Aluno Egresso; - Avaliação do PRONATEC; - Levantamento de Demandas dos Atendimentos Psicológico; - Pesquisa com os professores acerca das demandas de atuação da Psicologia Educacional; - Pesquisa de Avaliação se a participação no programa provocou mudança na vida estudantil e/ou acadêmica dos egressos; - Pesquisa de Análise possíveis alterações na renda dos egressos;
Extensão	<ul style="list-style-type: none"> - Oficinas com os alunos do Pronatec Campo: Campo, empreendedorismo e inserção no mercado de trabalho; - Orientações para os professores sobre educação do Campo.

Fonte: desenvolvido pelos autores (2020)

Através da observação participante, verificou-se no discurso e na prática, que atendimento às queixas escolares e atendimentos individuais por motivos emocionais diversos ainda consistem em uma das principais frentes de trabalho dos psicólogos junto à equipe do Pronatec Campo, o que corrobora com os estudos de SOUSA (2010; 2015); PATTO (1984); NEVES, (1989); ANTUNES; COLS, (2003) e GOMES, (2012). Esse tipo de abordagem costuma legitimar um discurso em que recai a responsabilidade do ato de aprender sobre o aluno. Isso contribui para perpetuação do lugar de patologização dentro do ambiente.

Atualmente, o psicólogo inserido na educação profissional encontra-se na delicada situação de ter de "inventar", ser "percursor" de outros modos de atuar nos institutos Federais, já que essa realidade ainda se configura como nova para sua atuação. Especialmente, no que se refere aos trabalhos desenvolvidos nos Institutos que ofertam educação do Campo. Permanece-se colocando em questão as demandas individualizantes marcadas por perspectivas baseadas na adaptação e no ajustamento, tão fortemente enraizadas no papel atribuído ao psicólogo escolar. (PREDIGER, 2014).

Muito da atuação dos eixos de Pesquisa e de Extensão infelizmente corroboram com a lógica mercadológica da educação, mesmo a do Campo, com objetivo principal de fornecimento de mão de obra para o mercado de trabalho, onde há pouco espaço para o verdadeiro papel a ser desempenhado

pela Psicologia na educação do Campo, no sentido de investigar os complexos processos sociais e étnicos em curso e sua dimensão subjetiva, como também atuar por meio de uma prática profissional comprometida com os direitos fundamentais dos povos do campo, os colocando como protagonistas.

5.2 ENTRAVES E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O psicólogo, dentro da estrutura organizacional do Instituto Federal do Piauí, ocupa um cargo técnico administrativo em educação, ingressando mediante concurso público. Tanto este, como o Profissional do município vinculado à Secretaria de Educação, tem sua função principal especificada como um profissional que estuda, pesquisa e avalia o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação, bem como assessora as atividades de ensino, pesquisa e extensão. O trabalho deste profissional é direcionado a toda comunidade escolar.

Porém, mais especificamente no IF em questão, há necessidade de uma delimitação mais clara das competências dos Psicólogos, em âmbito institucional, já que ainda inexiste compreensão por parte da instituição (tanto por parte da gestão, quanto dos demais servidores) da real atribuição do psicólogo. Tanto no Edital de concurso para ingresso, quanto na prática, foi relatado que a grande demanda de atividades desenvolvidas e demandadas ao profissional, vem em diversas áreas de atuação: escolar, clínica e organizacional, o que dificultaria a atuação enquanto psicólogo educacional e o desenvolvimento de trabalhos específicos em educação do campo. Uma compilação desse quadro de relatos encontra-se na Figura 2.

FIGURA 2: quadro sobre os entraves encontrados na atuação do Psicólogo Educacional no Pronatec Campo

EIXOS	ATUAÇÃO
Ensino	<ul style="list-style-type: none"> - Demandas recorrentes de atendimento Individual; - atendimentos muito centrados na Queixa Escolar e nas dificuldades de Aprendizagem - Foco demasiado no fornecimento de mão de obra para o mercado de trabalho; - Falta de uma delimitação mais clara das competências dos Psicólogos, em âmbito institucional e de sua possível atuação na Educação do Campo;
Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de referências para atuação do Psicólogo; - formação deficiente nas questões da terra durante a graduação e na pós-graduação e falta de oferta pela instituição de formação complementar para sanar as lacunas; - de poucas pesquisas da Psicologia em Educação do Campo e sobre as populações rurais;

Extensão	<ul style="list-style-type: none">- Falta de Projetos por parte da extensão que propiciem atuação, reflexão e proposição, no campo das políticas públicas, de atuações relativas às questões da terra;- Carência de projetos Inter e Multidisciplinar que objetivem uma maior compreensão do meio rural.- Falta da organização encontros, seminários, reuniões e comissões que promovam o debate e a discussão sobre o processo de luta pela terra e pelo direito a educação do campo;- Falta de propostas de uma formação, curso ou especialização para os profissionais atuantes no Pronatec Campo especificamente em Educação do Campo.
----------	---

Fonte: desenvolvido pelos autores (2020)

Os psicólogos participantes da pesquisa eram concursados na área de Educação, na esfera federal e municipal e ocupavam o cargo de “psicólogo educacional” ou “psicólogo” há menos de cinco anos. Um possuía Mestrado em Psicologia e o outro era Mestrando em Desenvolvimento Regional. Apenas um tem experiência anterior e especialização em Agroecologia, com ênfase em Educação do Campo. Apesar da qualificação, ambos relatam dificuldades em trabalhar com o público em questão, devido à pouca referência técnica na área e por terem tido uma formação deficiente nas questões da terra durante a graduação e na pós-graduação.

Como demonstrado no estudo de Martins (2010), a análise das grades curriculares de Psicologia mostra pouca ou nenhuma ênfase na educação do Campo e nas Questões da Terra. Uma nova formação acadêmica, diversificada, transversal, pode virá a contribuir para a desconstrução de conceitos e percepções adquiridos na trajetória pré-acadêmica, além da construção de novas atitudes e conhecimentos que permitam a ampliação do olhar crítico do estudante, estabelecendo um compromisso com a sociedade e com os povos do campo há muito tempo negligenciados. (YUKIMITSU, 1999).

Também foi ponderado, a existência de poucas pesquisas da Psicologia em Educação do Campo, bem como sobre a sua atuação junto as populações rurais. Nesse sentido, tais afirmações confirmam o disposto por Albuquerque (2012), o qual defende que apesar dos grandes avanços e progressos nos paradigmas e concepções científicas as populações rurais permanecem, de certo modo, negligenciadas pela psicologia, revelando uma carência de instrumentos que levem em consideração que o contexto rural demanda metodologias e perspectivas específicas, dada a sua história sócio-política e que considerem a realidade pesquisada. (ALBUQUERQUE, 2001; ALBUQUERQUE, 2002).

Em um estudo que discute as contribuições da Psicologia para os indivíduos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no período entre 1987 e 2004, Domingues (2007) também nos mostra que em relação às outras áreas da ciência, a Psicologia pouco contribuiu, aparecendo como 11ª colocada num *ranking* de áreas do conhecimento que citaram o MST em suas publicações.

As reformas disciplinares devem investir numa atuação generalista do psicólogo, haja vista que o conjunto de demandas que se voltarão para ele será de natureza bastante heterogênea. Vasquez (2009) destaca que o trabalho com comunidades do campo se insere num território cuja população está adstrita, daí a existência de níveis de complexidade dessas demandas, bem como sua diversidade (demandas no campo da saúde, educação, organização social das famílias, gestão da produção, cultura, lazer, arte, etc.).

Embora não haja uma política pública definida que incorpore ou preconize o profissional de Psicologia nas questões da terra, nem em educação do Campo, as possibilidades de sua atuação profissional podem se dar a partir de um vasto campo: espaços e equipamentos institucionais de educação, saúde, assistência social, assistência técnica e extensão rural, organizações não governamentais (ONGs), cooperativas de prestação de serviços no âmbito da agricultura familiar e movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, etc.).

Com base nesse conhecimento e nas referências técnicas lançadas e pelo Conselho Federal, os psicólogos atuantes no Pronatec Campo elencaram os seus almejos de atuação futura, que podem ser resumidas na Figura 3.

FIGURA 3: quadro sobre as possibilidades de atuação do Psicólogo Educacional no Pronatec Campo na educação do campo

EIXOS	ATUAÇÃO
Ensino	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento das famílias assentadas participantes do Pronatec Campo: por meio de tal prática, espera-se construir com as mesmas o protagonismo de suas ações; - O trabalho com grupos: entre as modalidades de intervenção por parte das(os) psicólogas(os) e demais profissionais que atuam em comunidades rurais - Oficinas que podem ser agentes mobilizadores para trabalhar categorias como consciência, memória, identidade, afetividade, relações de gênero e de geração, cidadania, etc. - Formação de grupos de interesse: produzir com os alunos grupos que versem questões acerca da educação, saúde, organização da produção, cultura e arte, entre outras, podem fazer parte da agenda de discussões das pessoas assentadas participantes do Programa; - Reuniões interdisciplinares com gestão e equipe pedagógica do PRONATEC para traçarem intervenções pautadas nos pressupostos da Educação do Campo;
Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa sobre a produção da subjetividade na luta pela terra; - Analisar os desafios e as dificuldades do trabalho cooperado; - Pesquisa sobre a dor e o sofrimento dos trabalhadores rurais; - Estudos etários comparativos entre população urbana e rural; - Pesquisa sobre a socialização, desenvolvimento e educação infantil; - Pesquisa sobre a representação social dos estudantes em relação ao rural e o papel da extensão universitária;
	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar Projetos de movimento de entrada e de debate, por parte dos profissionais de Psicologia, no campo das políticas públicas relativas às

Extensão	<p>questões da terra, a exemplo da reforma agrária e da assistência técnica e extensão rural;</p> <ul style="list-style-type: none">- Atuar em projetos de modo inter e multidisciplinar num diálogo aberto com outros campos do conhecimento, tais como as Ciências Agrárias, Sociologia e Antropologia, Educação, Direitos Humanos, mas também com os saberes populares e da tradição, necessários para uma maior compreensão do meio rural;- Contribuir com a organização social e comunitária por meio da realização de encontros, reuniões e comissões de trabalho que promovam o debate e a discussão sobre o processo de luta pela terra e pelo direito a educação do campo;- Participar de ações de defesa e de denúncia da violação dos direitos das famílias camponesas;- Propor uma formação, curso ou especialização para os profissionais atuantes no Pronatec Campo especificamente em Educação do Campo.
----------	--

Fonte: desenvolvido pelos autores (2020)

Um dos almejos presentes no discurso dos profissionais recai principalmente na atuação no eixo do ensino. Percebe-se como pungente, a necessidade de atuar de modo Inter e Multidisciplinar, num diálogo aberto com outros campos do conhecimento, tais quais as Ciências Agrárias, Sociologia e Antropologia, Educação, Direitos Humanos, mas também com os saberes populares e da tradição, necessários para uma maior compreensão do meio rural.

O acompanhamento com grupos, familiar e na forma de oficinas, também aparecem no diálogo como necessárias de serem inseridas entre as práticas do Psicólogo Educacional presente nesse contexto, pois são atuações vistas como promotoras de autonomia e emancipação para a população atendida pelo Pronatec Campo, onde a mesma pode se tornar capaz de exercitar a capacidade de análise e decisão própria sobre aspectos da vida produtiva e organizativa dos assentamentos, colaborando na construção de novos saberes e no fortalecimento das comunidades em questão.

No concernente a pesquisa e extensão, observamos que os profissionais veem e almejam que a Instituição realize diálogos e construam parcerias com organizações representativas da comunidade assentada, pois estas podem contribuir, tanto no acesso de professores, alunos e pesquisadores à realidade do campo com o seu universo social e étnico-cultural, como podem contribuir com a aproximação dos povos do campo da vida acadêmica, de seus métodos e de seu patrimônio de conhecimento.

Mostra-se uma preocupação também patente nos relatos, o preparo e orientação da equipe envolvida no Pronatec Campo voltadas para professores, alunos e pesquisadores, a fim de que estes atuem de maneira respeitosa e numa atitude de escuta na relação com as comunidades do campo, as quais, historicamente, foram muito marcadas por uma relação desigual, preconceituosa, autoritária e excludente da nossa sociedade com relação a elas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, diante dessa análise, que ainda há um grande desafio: o de estabelecer um diálogo, por meio de políticas públicas diferenciadas, com cada um dos diferentes povos pertencentes às populações camponesas: MST, Caiçaras, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, e conhecer suas demandas e propostas específicas. Faz parte desse desafio, lidar também com a dimensão da subjetividade e da especificidade cultural dos processos que ocorrem no interior das comunidades e nas relações dessas comunidades com a sociedade brasileira e o Estado nacional.

Especificamente na área da educação profissional do campo, algo novo e diferenciado, trabalhar métodos pedagógicos, materiais didáticos e processos avaliativos que sejam coerentes e estejam em sintonia com as culturas e com as características da vida cotidiana das comunidades, com seus processos próprios de transmissão de valores e conhecimentos, devem ser uma das metas a serem traçadas dentro dos Institutos Federais e em outros espaços que ofereçam tal modalidade.

O psicólogo atuante na educação profissional e tecnológica, que esteja inserida na modalidade campo, deve primar em oferecer uma atuação pautada na perspectiva interdisciplinar, buscando articular o conhecimento da Psicologia com os da Antropologia, da Sociologia, da História, da Medicina, da Pedagogia, das Ciências da Religião, da Geografia, etc., para que essa articulação de conhecimentos possa melhor dar conta de um diagnóstico dos processos étnico-culturais em curso e do fortalecimento das comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais e camponesas em sua busca de afirmação cultural, política e territorial, o que ainda se mostra complicado, devido às limitações da formação em Psicologia atualmente ofertada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de. Aspectos psicossociais do mundo agrário. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 13, n. 11, p. 69- 76, 1999.

ALBUQUERQUE, F. J. B.; PIMENTEL, C. E. Uma aproximação semântica aos conceitos de urbano, rural e cooperativa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 20, n. 2, p. 175-182, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.394, 20/12/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 10/01/2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Ministério da Agricultura, 2006.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 17, de 24/04/2007.** Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14887&Itemid=817. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Programa Mais Educação – Passo a Passo.** Brasília: MEC/SECAD, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseduacao.pdf. Acesso em: 23 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira - Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil.** Brasília: MEC/SECAD, 2010.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A. M. B. (Org.) **Psicologia e compromisso social.** São Paulo: Cortez, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Características da investigação qualitativa. In: **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994.

CAMPOS, Regina Helena Freitas. Psicologia comunitária, cultura e consciência. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.) **Psicologia Social comunitária: da solidariedade à autonomia.** Petrópolis: Vozes, 2002, p. 164-177.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Uma ciência do campo da complexidade.** Brasília: Porto, 2009.

CANUTO, Antônio. Violência X ações dos movimentos sociais do campo. In: **Direitos Humanos no Brasil 2006: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.** São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Série Gente da Terra. **Seminário: Subjetividade e a questão da terra.** Brasília: CRP, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relatório do Seminário Nacional **A questão da terra, desafios para a Psicologia.** Brasília: NEAD, 2006.

- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6.^a REGIÃO (org.). **Psicologia e povos indígenas**. São Paulo: CRPSP, 2010.
- DOMINGUES, E. Vinte anos do MST: a Psicologia nesta história. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.12, n.3, p. 573-582, set./ dez.2007.
- FERNANDES, B. M. **Gênese e desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação, São Paulo: MST, n. 30, v. 1, p. 57-82, 1998.
- FERRANTE, V. L. S. B. et. al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. *In*: FERRANTE, V. L. S. (Org.) **Retratos de assentamentos. Cadernos de Pesquisa**. Araraquara: UNESP, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREITAS, Maria de Fátima Queiroz. Psicologia na comunidade, Psicologia da comunidade e Psicologia (social) comunitária: Práticas da Psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. *In*: CAMPOS, R. H. F. (org.) **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A. S. C.; MOREIRA, A. P. G. Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão. **Psicologia Escolar e Educacional**. v.16, n. 2, dez. 2012, p.329-338.
- LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. *campinas*: UNICAMP, 1993.
- LANE, Silvia. O que é Psicologia social. *In*: LANE, S.; CODO, W. (Org.), **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.
- MARTINS, Alberto Mesaques. **A Formação em Psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.
- MEDEIROS, L. S. de et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.
- MELO, Denise Mesquita de. **A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST**. 2001. 183 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de *campinas*, Faculdade de Educação, *campinas*, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252185>. Acesso em: 27 jul. 2019.
- NEGREIROS, Fauston ; SANTOS, Layane Bastos dos . Atuação do Psicólogo Escolar no Pronatec Campo: um estudo de caso. *In*: Fauston Negreiros; Marli Lúcia Tonatto Zibetti; Sonia Mari Shima Barroco. (Org.). **Pesquisas em psicologia e políticas educacionais: desafios para enfrentamentos à exclusão**. 1 ed.Curitiba/Teresina: CRV/EDUFPI, 2018, v. 1, p. 133-148.
- OLIVEIRA, Adão Francisco. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In*: OLIVEIRA, A. F.; PIZZIO, A.;

- FRANÇA, G. (org.). **Fronteiras da educação**: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás: Editora PUC, 2010. p. 93 -99.
- OLIVEIRA, F. G.; IENO NETO, G. A nova reforma agrária e o desenvolvimento territorial na Paraíba. **Seminário Internacional de Planejamento e Desenvolvimento Territorial**. Campina Grande: UFPB/CIRAD, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, L. B. ; PEREIRA, A. I. S. ; RIBEIRO, F. A. A. ; FERREIRA, L. M. O. ; NEGREIROS F. Tenho um aluno com transtorno de aprendizagem?: queixas escolares e medicalização da educação. **Revista Querubim** (Online), v. 3, p. 94-127, 2019.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 38 ed. Campinas: Autores associados, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. O plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231-1243, out. 2007.
- SOUZA, Marilene Proença Rebello. Políticas públicas e educação: problemas e possibilidades. In. VIÉGAS, L. S.; ANGELUCCI, C. B. (org.). **Políticas Públicas em Educação**: uma análise crítica a partir da Psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- SOUZA, Marilene Proença Rebello. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 129-149, mar. 2010.
- PATTO, Maria Helena Sousa. **A produção do fracasso escolar**. Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A Queiroz, 1990.
- PATTO, Maria Helena Sousa. **Psicologia e ideologia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- PREDIGER, Juliana. **Interfaces da Psicologia com a Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: quereres e fazeres. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2010.
- VIEIRA, C.M. et al. Reflexões sobre a Meritocracia Brasileira. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v 21, n.1, p.316-334, jun. 2013.
- ZIBETTI, Maria Lucia Tonatto. **Psicologia, políticas educacionais e escolarização**. Florianópolis: Pandion, 2015.
- ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. S. de et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.